

OS DESAFIOS DA GOVERNABILIDADE

Lia Faria*



CALDERÓN, Adolfo Ignacio; CHAIA, Vera. *Gestão municipal: descentralização e participação popular*. São Paulo: Cortez, 2002, 141p.

O conjunto de textos que compõe a coletânea em tela pretende rever a concepção de gestão municipal, histórica e estruturalmente alicerçada num projeto centralizador e autoritário, avesso a qualquer forma de participação popular.

Partindo do pressuposto de que “a centralização multiplica a burocracia e facilita a corrupção”, os dois organizadores da obra, os cientistas políticos Adolfo Ignacio Calderón e Vera Chaia, nos trazem os relatos e discussões ocorridos durante o Seminário “São Paulo, Iniciando um Novo Milênio – Dez Anos de Elaboração da Lei Orgânica do Município de São Paulo”, promovido, em abril de 2000, pela PUC-SP, através do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, do Departamento de Política, do Núcleo de Estudo em Arte, Mídia e Política e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas.

O livro apresenta o fórum de discussão como expressão do diálogo entre três de seus principais protagonistas (pessoas públicas que construíram sua identidade política ao longo do exercício de seus mandatos tanto no legislativo, quanto no executivo). As análises do atual governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin Filho (ex-prefeito de Pindamonhangaba, na década de 1970), da atual prefeita do Município de São Paulo, Marta Suplicy, assim como da ex-prefeita, Luiza Erundina de Souza, nos fazem pensar sobre a necessidade da transparência nas ações públicas como um valor absolutamente essencial para o fortalecimento da democracia.

O livro descreve e reflete sobre os consensos e diferenças dos olhares desses três políticos sobre os modelos e concepções de gestão municipal, sempre considerando as vertentes da descentralização e da participação popular. Mostra também, como o acesso pela população às informações, através da mídia, do rádio, da televisão do Congresso e de outras instâncias, contribuem para a formação contínua da cidadania e de uma cultura cívica, que são a base para o funcionamento democrático das cidades. Com esta abordagem, o trabalho se insere no rol das leituras obrigatórias a todos aqueles pesquisadores e cidadãos que pretendam acompanhar o presente momento histórico de reconstrução do Estado-brasileiro.

Nesta direção, é oportuna a perspectiva da análise realizada por uma das autoras, professora da PUC-SP e atual vereadora do Município de São Paulo, Aldaíza Sporatti, ao levantar a hipótese de que a descentralização administrativa já existe em São Paulo desde 1966, afirmando que as administrações regionais já possuíam orçamento próprio, desde 1973. Destaca, então, como principal ponto, as estratégias políticas de participação no orçamento, a partir de uma presença maior na soci-

*Doutora em Educação. Professora adjunta e sub-coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas de Educação (NEPE) da Faculdade de Educação da Uerj.

idade. Este seu posicionamento foi debatido e polemizado durante o Seminário pelo jornalista Robson Luquêsi Soares e pelo cientista político Marco Antônio Texeira.

Ao longo de suas três partes básicas, a obra tem o mérito de fornecer um conjunto de informações sobre princípios, etapas e ênfases que mortearam a aprovação da Lei Orgânica Municipal de São Paulo e as tentativas para sua implementação.

Os quatro artigos da primeira parte discutem a gestão da cidade de São Paulo e a regulamentação de sua Lei Orgânica. Contribuem, nesta primeira parte, o ex-prefeito de São Paulo, Miguel Colasuonno, o ex-vereador Francisco Whitaker, o arquiteto e urbanista Roberto Saruê e o atual vereador José Eduardo Cardoso. Estes autores aprofundam os motivos pelos quais não houve avanços nas gestões Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000) e questionam a atuação dos vereadores no Legislativo Municipal. Na segunda parte, o foco de discussão se volta para a descentralização e a participação popular na gestão da cidade. Os artigos dos pré-candidatos à prefeitura de São Paulo, na época, Geraldo Alckmin Filho, Marta Suplicy e Luiza Erundina terão suas análises problematizadas, na terceira e última parte do livro, pelo cientista político Cláudio Couto e pelo jornalista Cláudio Augusto.

Em seu conjunto, os artigos têm o mérito de poder contribuir para a elaboração de projetos, visando ao aperfeiçoamento das administrações públicas municipais, bem como para nortear a participação dos cidadãos comprometidos com a vida política de suas cidades. A maioria dos autores reconhece a importância de uma melhor articulação e integração entre os poderes executivo e legislativo, a necessidade de garantir à população acesso amplo às informações, e a criação de espaços de representação de interesses coletivos e de controle da sociedade civil sobre o Estado.

Os autores também denunciam o sistemático desrespeito às leis do Município de São Paulo, principalmente nas duas gestões passadas, sinalizando para o fato de que o Plano Diretor da cidade até hoje não foi implantado, assim como o projeto de criação de Subprefeituras e de seus respectivos Conselhos de Representantes.

Entre vários outros aspectos, a ex-prefeita Erundina destaca a necessidade urgente da descentralização de poder através da desconcentração de funções, afirmando que a solidariedade e a cidadania se efetivam no âmbito território, ressaltando a importância de se estreitar à integração entre os poderes municipal e estadual, inclusive na área da Segurança Pública, visto por todos como o problema mais grave no momento.

A prefeita Marta Suplicy enfatiza a crise institucional pela qual passa o Município, contrapondo o enorme desenvolvimento econômico de São Paulo a um quadro, no entanto, de enorme desigualdade social, chamando a atenção para a existência de uma dupla exclusão, provocada pelo analfabetismo e pela dificuldade de acesso à informação em moldes modernos e informatizados.

Alckmin, citando Montesquieu, diz que “para mudar os costumes, o exemplo é tão importante como as leis”, traça um paralelo com a realidade política da São Paulo, em seus dois últimos governos, “que lotearam a cidade aos pedaços, estabelecendo uma promiscuidade entre o poder executivo e o poder legislativo” (p. 101).

Assim como os demais quinze autores, dos quais nove já exerceram ou exercem cargo político, o sociólogo Luiz Eduardo Wanderley, ao escrever o prefácio da obra, nos apresenta São Paulo como uma “Cidade Mundial”, atingida em sua dinâmica sociopolítica pelo contexto de profundas transformações em curso no planeta.

Em seus relatos, organizadores e autores buscam respostas a tantas inquietações, nos instigando com provocações a pensar como se faz urgente avançar na construção de uma esfera pública

marcada pela transparência em suas ações e de uma cultura cívica capaz de criar efetivos espaços de representação.

A obra pode ser considerada como mais um trabalho que oferece contribuição para melhor compreendermos a realidade municipal, que continua se construindo em sua própria trajetória política, após a constituição-cidadã de 1988. Por fim, vale destacar que o livro se apresenta como um convite à leitura, à reflexão e, sobretudo, à participação. Este é, a meu ver, o aspecto mais significativo deste trabalho: destacar a necessidade de que todos os cidadãos assumam uma postura proativa em relação à cidade, voltada para o controle e a fiscalização.